



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUDESTE DE MINAS GERAIS - CAMPUS RIO POMBA**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 82/2009

Processo nº 23000.096605/2009-30

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO

Data: 20 de agosto de 2009.

Horário: 09 horas e 30 minutos.

Local: IFET - CAMPUS RIO POMBA: Av. Dr. José Sebastião da Paixão, s/n Prédio Administrativo, Sala 03 – Bairro Lindo Vale - Rio Pomba/MG.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Rio Pomba, situado na Avenida Dr. José Sebastião da Paixão, s/n, bairro Lindo Vale, na cidade de Rio Pomba – MG – CEP 36.180-000, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 190, de 21 de maio de 2007, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicado fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO**, do tipo menor preço por item, para aquisição de **LEGUMES E HORTALIÇAS**, conforme descritos neste Edital, seus Anexos e condições que se enunciam.

FUNDAMENTAÇÃO: O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto 3.931, de 19 de setembro de 2001 e 4.342 de 23 de agosto de 2002, na Lei Complementar 123 de 14/12/2006, Decreto nº 6.204, de 05/09/2007, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus Anexos.

1 - DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem por objeto a possível e futura aquisição de **LEGUMES E HORTALIÇAS**, através do Sistema de Registro de Preço, conforme especificações e condições gerais do fornecimento contidas no **Anexo I** deste Edital, que poderá ser extraído nos sítios: <http://www.cefetrp.edu.br> ou <http://www.comprasnet.gov.br> .

2 – DA ABERTURA

2.1 – A Abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada neste Edital. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF.

3 - DA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Processo licitatório destinado EXCLUSIVAMENTE à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 6º, Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007). Poderão participar do certame todos os interessados, com ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas às exigências, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e seus Anexos e que estejam obrigatoriamente cadastrados no SICAF.

3.1.1 As empresas arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

3.2 - Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo pertinente ao objeto licitado, cadastrados e com documentação obrigatória válida no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF e que atenderem a todas as demais exigências constantes neste Edital e seus anexos.

3.3 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

3.3.1 - que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, suspenso, ou que por estas tenha sido declarada inidônea;

3.3.2 - que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que seja sua forma de constituição;

3.3.3 - estrangeiras que não funcionem no país;

3.3.4 – que estiverem inadimplentes com o IFET- Campus Rio Pomba.

4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório, deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço compras@cefetrp.edu.br

4.2 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente Edital até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública do Pregão, cabendo ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (32) 3571-5719, ou através do endereço eletrônico compras@cefetrp.edu.br.

4.2.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à data da abertura da sessão pública do Pregão, hipótese em que a comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

4.3 - Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados pelo Pregoeiro no site oficial do IFET- Campus Rio Pomba, no endereço eletrônico <http://www.cefetrp.edu.br>, e no portal do Comprasnet, através do endereço <http://www.comprasnet.gov.br>.

4.4 - Não serão reconhecidas as impugnações interpostas após o vencimento dos prazos legais.

4.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 – No dia, hora e local designado no edital, o proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

5.2 - O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.2.1 - No caso de instrumento particular de procuração o mesmo deverá vir acompanhado da comprovação da capacidade de outorga para tais poderes.

Observações:

a) A participação nesta licitação significa pleno conhecimento de suas instruções, não cabendo, após sua abertura, alegação de desconhecimento de quaisquer itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar sua proposta, as licitantes deverão ler atentamente o edital e seus anexos.

b) A especificação do item do Anexo I deste Edital em nenhum momento será substituída pelas descrições resumidas, constantes no Aviso divulgado no sítio <http://www.comprasnet.gov.br>. Em caso de divergência nas especificações do item, prevalecerão as do Anexo I deste Edital.

c) A empresa licitante deverá constar na sua proposta de preços o REPRESENTANTE LEGAL, endereço, telefone atualizado de fácil acesso, para quando for solicitados a troca e outros, no prazo de 24 horas, como também produtos cotados incompatíveis com o solicitado no edital.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS

6.1 - A Proposta de Preços e os documentos que a instruírem, deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em 2 (dois) envelopes devidamente fechados e rubricados no fecho, e atender aos seguintes requisitos:

a) Envelope A: Proposta de Preços

b) Envelope B: Documentos de Habilitação, composto pelos Documentos de Habilitação exigidos o item 10 deste Edital.

6.1.1 - Os envelopes deverão conter, ainda, em sua parte externa, os dizeres:

ENVELOPE A – PROPOSTA DE PREÇOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA- CAMPUS RIO POMBA
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2009
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE / CNPJ

ENVELOPE B – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA- CAMPUS RIO POMBA

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2009
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE / CNPJ

6.2 - A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado do licitante, preenchida por meio mecânico ou eletrônico, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigidas com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente.

6.3 - Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, dados bancários (de preferência, se cliente for, junto ao Banco do Brasil), bem como: nome, CPF, Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa do seu representante legal.

6.4 - Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

6.5 - A Proposta de Preços, deverá:

6.5.1 - Ser apresentada com cotação de preços para os serviços definidos no objeto deste Edital, em moeda corrente nacional (R\$ 1,00), expressos em algarismos e por extenso, básicos para a data de apresentação da proposta;

6.5.2 - Declarar expressamente que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital;

6.5.3 - Conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.6 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos ao IFET- CAMPUS RIO POMBA sem ônus adicionais.

6.7 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, seja omissa ou apresente irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.8 - A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

6.9 - A entrega dos materiais será todo o segundo dia útil da semana, de acordo com a solicitação do setor requisitante. Os itens deverão ser entregues no Refeitório, localizado no Campus do IFET - Campus Rio Pomba.

6.10 - Não serão admitidas nem aceitas, ofertas de produtos com especificações diversas da originalmente solicitada no Edital, nem propostas alternativas.

6.11 - Se todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.

7 – DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1 - A reunião para recebimento e para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços de interesse do licitante e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida por um Pregoeiro em conformidade com este Edital.

7.2 - No local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática dos demais atos do certame, conforme item 3 deste Edital.

7.3 - Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

7.4 - Serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - A presente licitação será julgada pelo critério de "Menor Preço por Item".

8.2 - Será proclamado pelo Pregoeiro, o proponente que apresentar a proposta de menor preço para a aquisição do material, definido no objeto deste Edital.

8.3 - Aos proponentes classificados, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

8.4 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

8.5 - Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

8.6 - O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital, decidindo motivadamente a respeito.

8.7 - Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado, com base nos dados cadastrais, assegurado o direito de atualizar seus dados no ato, ou, conforme documentação apresentada na própria sessão, quando for o caso.

8.8 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital, pelo Pregoeiro.

8.9 - Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o serviço definido no objeto deste Edital.

8.10 - Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital, a Proposta será desclassificada.

8.11 - Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

8.12 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital.

8.13 - Após a classificação das propostas na forma dos itens antecedentes, será iniciada a fase de lances verbais que deverão ser sempre inferiores a proposta de menor preço ou ao menor lance verbal.

9 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - Os lances deverão ser ofertados de forma verbal, em ordem seqüencial, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais em ordem decrescente.

9.1.1 - A DESISTÊNCIA em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação de proposta.

9.1.2 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados neste pregão, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes neste edital.

9.1.3 - Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, pelo critério do menor preço por item.

9.1.4 – Na hipótese de não realização de lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor máximo estimado para a contratação, na forma do inciso XI, do artigo 11, do Decreto nº 3.555/2000.

9.2 - Será declarada vencedora da licitação a licitante que ofertar o menor preço, desde que atendido os critérios estabelecidos nos itens anteriores, e os critérios previstos nos incisos XII a XVI, do artigo 11, do Decreto nº 3.555/2000.

10 – DA HABILITAÇÃO

10.1 – A habilitação da licitante dar-se-á:

10.1.1 - Confirmação da regularidade do cadastramento no SICAF, mediante consulta *on-line* realizada após o exame da aceitabilidade da proposta, no final da fase competitiva do certame;

10.1.2 - Apresentação da Declaração de inexistência de fatos impeditivos supervenientes e de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de idade, art. 7º, V, da Lei 8666/93, nos termos do modelo constante do Anexo IV deste Edital;

10.1.3 - Apresentação de , no mínimo, 01 (um) Atestado ou Certidão de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para o qual a licitante tenha fornecido material compatível com o objeto da presente licitação.

10.2 - A documentação necessária à habilitação dos Proponentes nesta licitação será entregue em envelope, específico, devidamente lacrado e rubricado no fecho, conforme disposto no item 6.

10.3 - A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, sujeitará o licitante às sanções previstas no artigo 7º da Lei 10.520/02, no artigo 14 do Anexo I do Decreto nº 3.555/00, no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.

10.4 – Todos os documentos mencionados deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou pela Administração do IFET - Campus Rio Pomba ou publicação em órgão da imprensa oficial.

11 – DOS RECURSOS

11.1 - Existindo intenção de interpor recurso, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.2 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.3 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 10.1, importará a decadência desse direito, ficando o (a) Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto a licitante declarado vencedor.

11.4 - A interposição de recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo apenas em relação ao item ao qual o mesmo se refira.

11.5 - No caso de cancelamento da ata, por interesse administrativo, não assegura aos licitantes o direito à interposição de recurso e pagamento de indenização.

11.6 - Não serão conhecidos os recursos interpostos, sem manifestação prévia, em formulários próprios, no ato da sessão pública e, fora dos respectivos prazos legais, enviados por fax, bem como os que não contiverem a identificação ou assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.

11.7 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados junto a Equipe de Pregão do IFET- Campus Rio Pomba, situada na Av. Dr. José Sebastião da Paixão, s/n – Bairro Lindo Vale – IFET Campus Rio Pomba, Prédio Administrativo, Seção de Compras e Contratos, sala 03 – Rio Pomba MG, telefone (32) 3571-5719, Fax (32) 3571-5710.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 – A adjudicação do objeto do presente certame será realizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso e a homologação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor ou, quando houver recursos, pela autoridade competente, após o devido julgamento.

12.2 – O interessado na aquisição poderá pedir vistoria técnica nos materiais e/ou equipamentos ofertados, para verificação das especificações e deverá elaborar parecer informando sobre a aceitação dos mesmos.

13 - DOS ENCARGOS

13.1 - Incumbe à Contratante:

- I – acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar, na nota fiscal/fatura, a efetiva entrega do material e/ou equipamento;
- II – efetuar os pagamentos à Contratada dentro do prazo estipulado neste Edital;

III – aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais;

13.2 - Incumbe à Contratada:

I - entregar o material e/ou equipamento, objeto da presente licitação, de acordo com a especificação e a quantidade constante no ANEXO I do presente edital, no prazo e local estabelecido por esta Administração;

14 - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1 - O recebimento e aceitação do objeto da licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, e também ao disposto neste Edital.

14.2 - A simples assinatura de servidor em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte implica apenas o recebimento provisório.

14.3 - O recebimento provisório ocorrerá na ocasião da entrega do produto no local indicado no subitem 6.9 deste Edital.

14.4 - O recebimento definitivo dos bens contratados se dará apenas após a verificação da conformidade com a especificação constante do Edital e seus Anexos, e com a marca/modelo indicados na proposta do licitante.

14.5 - Será feita verificação física da integridade dos equipamentos e/ou materiais e de seu prazo de garantia.

14.6 - Caso satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo atesto de servidor competente no verso da nota fiscal/fatura emitida pela Contratada.

14.7 - Caso as verificações sejam insatisfatórias, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão desconformidades com as especificações, prazo de validade insuficiente ou desaprovação no ensaio de recebimento. Nesta hipótese, o item do objeto do Edital em questão, será rejeitado, devendo ser substituído no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data do recebimento da intimação.

14.8 - Caso a substituição não ocorra em 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data do recebimento da notificação, ou caso o(s) novo(s) equipamento(s) e/ou materiais também seja(m) rejeitado(s), estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções, previstas neste Edital.

14.9 - Os custos da substituição dos equipamentos e/ou materiais rejeitados correrão exclusivamente à conta da Contratada.

14.10 O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do equipamento e material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do mesmo.

15 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções:

15.1.1 Advertência.

15.1.2 Multas, (deverão ser recolhidas através da “Guia de Recolhimento da União” – GRU, junto à agência do Banco do Brasil S/A, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes percentuais:

A) De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do contrato ou do item do contrato inadimplida, por dia de atraso no prazo contratual de entrega, limitado a 10% do mesmo valor, por ocorrência;

B) De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do contrato ou do item do contrato inadimplida, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” acima, e aplicada em dobro na sua reincidência.

C) De 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente, conforme o caso, no prazo e condições estabelecidas.

D) De 10% (dez por cento) do valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do contrato ou do item do contrato inadimplida, pela recusa em corrigir ou substituir qualquer equipamento e/ou material rejeitado ou com defeito, no prazo de garantia, caracterizando-se a recusa, caso a correção ou substituição não se efetivar nos 05 (cinco) dias úteis que se seguirem à data do recebimento da comunicação formal da rejeição ou defeito.

15.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/93, e, se for o caso, descredenciamento da licitante no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme previsto no art. 14 do Decreto n.º 3.555/2000, e art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, nos seguintes casos:

15.1.3.1. quando o licitante ensejar o retardamento da execução do certame;

15.1.3.2. quando o licitante não mantiver a proposta;

15.1.3.3. quando o licitante falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.3.4. Quando o licitante comportar-se de modo inidôneo;

15.1.3.5. Quando o licitante fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

15.1.3.6. Quando o licitante deixar de apresentar documento exigido para participação no certame;

15.1.3.7. Quando o licitante descumprir prazos

15.1.3.8. Quando o licitante vencedor se recusar a assinar o contrato;

15.1.3.9. Quando houver inexecução parcial ou total do contrato.

15.1.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a IFET - Campus Rio Pomba, enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

15.2 - No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

15.3 - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.4 - As sanções previstas nos subitens 15.1.1., 15.1.3 e 15.1.4. Poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 15.1.2.

15.5 - O percentual das multas previstas no subitem 15.1.2 incidirá sobre o valor atualizado do contrato ou do item do contrato (nesse último caso, quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item), tendo como fator de atualização o percentual da taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia –, que incidirá a partir da data em que ocorrer o fato, até o dia do efetivo pagamento da multa.

15.6 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração. Efetuados esses descontos, caso ainda haja saldo devedor, ou inexistentes a garantia e/ou pagamentos devidos pela CONTRATANTE, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido junto a agência do Banco do Brasil, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União) a ser preenchida conforme instruções fornecidas pela CONTRATANTE, sem prejuízo da cobrança judicial que poderá ser promovida pela CONTRATANTE, na hipótese de falta de recolhimento.

15.7 Independentemente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei n.º 8.666/93, bem como a incidência das conseqüências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE.

16 - DO CONTRATO

16.1 - O Termo de Contrato, amparado por condições exigidas neste Pregão, poderá ser substituído por Nota de Empenho de despesas, conforme previsto no art. 62 caput da Lei 8.666/93.

16.2. Aplica-se à Nota de Empenho a que se refere o subitem anterior o disposto no art. 55 da Lei n.º 8.666/93, conforme determinações contidas no art. 62, §2º, do mesmo Estatuto.

17 – DO PAGAMENTO

17.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento e inspeção do objeto licitado pelo Setor de Alimentação e Nutrição do IFET - Campus Rio Pomba, condicionado à apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, observado o disposto no art. 5º e no inciso II do § 4º do art. 40 da Lei nº 8.666/93, se couber.

17.1.1. Caso o equipamento e/ou material seja recusado ou a correspondente Nota Fiscal ou Fatura apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do fornecimento, ou do documento fiscal, a depender do evento

17.2. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2007, cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicas constarão das respectivas Solicitações de Despesas – SD's.

18 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1 - O registro de preços será formalizado por intermédio de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na forma da minuta constante do Anexo VI e nas condições previstas neste Edital.

18.2. Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para cobertura de todos os itens e seus quantitativos constantes do Anexo I deste Edital.

18.3. As Atas de Registro de Preços resultantes deste certame terão validade de 06 (seis) meses.

19 - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

19.1 - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/93, no Decreto n.º 3.931/01 e na IN-MARE n.º 08/98 e IN-SEAP n.º 04/99, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

19.2 - Havendo remanescente de material a serem entregues, inclusive em função do direito de acréscimo, não exercida pelo IFET - Campus Rio Pomba, poderá esta autorizar e proceder ao devido apostilamento na respectiva Ata de Registro de Preço e acatar os eventuais pedidos de outros órgãos ou entidades da Administração não participantes desta licitação.

20 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO PRODUTO E LOTE MÍNIMO

20.1 – O IFET - Campus Rio Pomba será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados, bem como, o fornecedor para o qual será emitido o pedido.

20.2 - A convocação do Proponente, pelo IFET - Campus Rio Pomba, será formalizada e encaminhada juntamente com a respectiva Nota de Empenho.

20.3 - O Proponente convocado na forma do subitem anterior que não entregar ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preço, estará sujeito às sanções previstas neste Edital e seus Anexos.

20.4 - Quando comprovada uma dessas hipóteses, o IFET - Campus Rio Pomba poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

21 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

21.1 - A Administração poderá contratar quantitativos superiores àqueles registrados na ATA, de acordo com o que estabelece o Decreto nº 3.931/2001.

21.2 - Na hipótese prevista no item anterior, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.

21.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

21.4 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões dos itens licitados e/ou quantidade maior ou menor que as indicadas em cada item, respeitados os limites legais, assim como os limites de valor da presente modalidade de licitação.

22 - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

22.1 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

22.1.1 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

22.2 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo IFET - Campus Rio Pomba para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

23 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DO PROPONENTE

23.1 - O Proponente terá o seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

23.1.1 - A pedido, quando:

23.1.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

23.1.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço e/ou produto.

23.1.2 - Por iniciativa do IFET - Campus Rio Pomba, quando:

23.1.2.1 - a empresa não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

23.1.2.2 - perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

23.1.2.3 - por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

23.1.2.4 - não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;

23.1.2.5 - não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

23.1.2.6 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

23.2 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o IFET - Campus Rio Pomba tomará as providências necessárias e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.

24 - DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO REGISTRO DE PREÇO

24.1 - A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

24.1.1 - por decurso de prazo de vigência constante do Anexo VI.

24.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

25.2 – As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

25.2.1 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.

25.3 – É facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

25.4 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pelo envio de propostas, lances ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

25.5 - O órgão promotor do certame não disponibilizará suas instalações, bem como equipamentos ou conexões com o provedor do sistema eletrônico, às licitantes interessadas em participar deste Pregão.

25.6 - A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

25.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no IFET - Campus Rio Pomba, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

25.8 – Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.9 – A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado e fundamentado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e, também, fundamentado.

25.10 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões dos itens licitados e/ou quantidade maior ou menor que as indicadas em cada item, respeitados os limites legais, assim como os limites de valor da presente modalidade de licitação.

25.11 - A licitante deverá acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

25.12 – Dos atos praticados, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

26 – DO FORO

26.1 – Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Juiz de Fora - MG, eleito para dirimir qualquer controvérsia não resolvida entre as partes.

Rio Pomba, 07 de agosto de 2009.

Nélio Germano de Paula
Pregoeiro Oficial

ANEXO I
ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO DOS ITENS
Modelo de Proposta.

DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	
Razão Social:	
CNPJ:	

Dados bancários	
Banco:	
Agência:	
Conta Corrente:	

Outras informações	
Validade da Proposta:	60 (sessenta) dias
Prazo de entrega:	Todo 2º e 4º dia útil da semana, conforme quantidade solicitada pelo Setor de Alimentação e Nutrição do IFET - Campus Rio Pomba
Local de entrega:	Refeitório do IFET - Campus Rio Pomba.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
1.	Abóbora moranga	Saco de 20 kg	50
2.	Abobrinha verde	Caixa 18 kg	50
3.	Alface	Cabeças	1500
4.	Alho	Caixa 10 kg	10
5.	Almeirão	Unidade	1000
6.	Batata doce	Caixa 20 kg	80
7.	Batata Extra	Saco c/ 50 Kg	40
8.	Batata baroa	Saco 20kg	50
9.	Berinjela	Caixa 10 kg	30
10.	Beterraba	Caixa 20 kg	30
11.	Brócolis	Unidade	150
12.	Cebola Extra	Saco c/ 20 Kg	10

13.	Cenoura Extra	Caixa c/ 20 Kg	80
14.	Chuchu	Caixa 20 kg	20
15.	Couve	Molho	1000
16.	Couve-flor	Caixa 8 unidades	80
17.	Espinafre	Molho	300
18.	Inhame	Caixa com 20 kg	50
19.	Mandioca	Caixa 20 kg	80
20.	Pepino	Caixa 20 kg	200
21.	Pimentão	Caixa 10 kg	25
22.	Quiabo	Caixa 10 kg	100
23.	Rabanete	Dúzia	20
24.	Repolho branco	Caixa 20 kg	30
25.	Tomate	Caixa 20 kg	80
26.	Vagem	Caixa 15 kg	30
SÓ SERÃO ACEITOS LEGUMES DE PRIMEIRA QUALIDADE, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO, CANCELAMENTO DO CONTRATO E DEMAIS PENALIDADES CABÍVEIS.			

Declaro que nos preços estão inclusos todos os gastos necessários para entrega do material.

Local e Data: _____

Assinatura: _____

Obs: A proposta deverá ser em papel timbrado da empresa e/ou com carimbo CNPJ.

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 – A presente licitação tem por objeto a aquisição de LEGUMES, conforme especificações e condições gerais do fornecimento contidas no Anexo I deste Edital, que poderá ser extraído nos sítios: <http://www.cefetrp.edu.br> ou <http://www.comprasnet.gov.br>.

2 - DA JUSTIFICATIVA

2.1 – Atender ao setor de Alimentação e nutrição do IFET - Campus Rio Pomba.

3 - DA ESPECIFICAÇÃO

3.1 – Aquisição de legumes com entrega semanal.

4 - DA ESTIMATIVA

4.1 - O valor total estimado previsto para aquisição do objeto é de **R\$ 48.460,00** (Quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta reais).

5 - DA ENTREGA

5.1 - O local de entrega será no refeitório, localizado no campus do IFET - Campus Rio Pomba, sendo obrigatória a entrega dos alimentos duas vezes por semana, nas terças e sextas até o fim do contrato.

6 – DO RECEBIMENTO

6.1 - O objeto da presente licitação será recebido pelo setor de Alimentação e Nutrição do IFET - Campus Rio Pomba, sendo devidamente atestado pela Nutricionista da Instituição

6.2 - A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

7 – DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento e inspeção do objeto licitado pelo Setor de Alimentação e Nutrição, condicionado à apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, observado o disposto no art. 5º e no inciso II do § 4º do art. 40 da Lei nº 8.666/93, se couber.

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO

D E C L A R A Ç Ã O

(Nome da empresa)....., CNPJ
nº....., sediada (endereço
completo), declara, sob as penas
da Lei, que para a sua participação no presente processo licitatório, cumpre plenamente os requisitos
de habilitação.

Cidade - UF, de de 2009

(nome e número da identidade do declarante)

OBS: Este documento deverá ser apresentado em papel timbrado da licitante ou identificado com
carimbo padronizado do CNPJ.

Esta declaração deverá ser entregue junto com os dois envelopes no dia do pregão.

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO

(Empresa _____, CNPJ nº _____
sediada à (endereço completo), _____
declara para os devidos fins que:

- a) Em obediência ao artigo 32, parágrafo 2º da Lei 8.666/93, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente pregão, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Em cumprimento ao inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menor de 16 anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
(local e data)

.....
(Assinatura do representante legal)

OBS: Este documento deverá ser apresentado em papel timbrado da licitante ou identificada com carimbo padronizado do CNPJ.
Esta declaração deverá ser colocada dentro do envelope de habilitação.

ANEXO VI ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº 82/2009
PROCESSO Nº 23000.096605/2009-30

VALIDADE: 06 MESES

Aos, na Seção de Compras e Contratos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Rio Pomba, situada a Av. Dr José Sebastião da Paixão, s/n , Bairro Lindo Vale, Rio Pomba/MG, o Pregoeiro, nos termos da Lei no. 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002, e os Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O.U. de 09 de agosto de 2000, 4.342, de 23 de agosto de 2002 publicado no D.O.U. de 26 de agosto de 2002, 3.931, de 19 de setembro de 2001, e 3.784, de 06 de abril de 2001, publicado no D.O.U. de 09 de abril de 2001 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 053/2009, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial da União e homologada pela autoridade competente deste Instituto, RESOLVE registrar os preços para a aquisição dos materiais conforme consta do anexo, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas em primeiro lugar no certame acima numerado.

Cláusula Primeira – Do objeto

A presente Ata tem por objeto a aquisição de Legumes, referente ao Pregão Presencial nº 082/2009, cujos objetos estão descritos no Anexo I do referido pregão.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 06 (seis) meses.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o IFET- Campus Rio Pomba não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Cláusula Terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública Federal, desde que autorizados pelo IFET - CAMPUS RIO POMBA.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, as quais também a integram.

Cláusula Quarta – Do local e prazo de entrega

A entrega dos materiais será todo o 2º dia útil da semana, de acordo com a necessidade da Instituição, mediante as respectivas solicitações do setor de refeitório do IFET - CAMPUS RIO POMBA.

Cláusula Quinta – Do pagamento

O pagamento será efetuado MENSALMENTE, após o recebimento e inspeção do objeto licitado pelo Setor de Alimentação e Nutrição, condicionado à apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, observado o disposto no art. 5º e no inciso II do § 4º do art. 40 da Lei nº 8.666/93, se couber

Cláusula Sexta - Das condições de fornecimento

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento do empenho correspondente.

Subcláusula Primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

Subcláusula Segunda. Os materiais deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura correspondente.

Cláusula Sétima – Das penalidades

Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multas, (deverão ser recolhidas através da “Guia de Recolhimento da União” – GRU, junto à agência do Banco do Brasil S/A, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes percentuais:

- de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do contrato ou do item do contrato inadimplida, por dia de atraso no prazo contratual de entrega, limitado a 10% do mesmo valor, por ocorrência;

- de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do contrato ou do item do contrato inadimplida, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” acima, e aplicada em dobro na sua reincidência.

- de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente, conforme o caso, no prazo e condições estabelecidas.

- de 10% (dez por cento) do valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do contrato ou do item do contrato inadimplida, pela recusa em corrigir ou substituir qualquer equipamento e/ou material rejeitado ou com defeito, no prazo de garantia, caracterizando-se a recusa, caso a correção ou substituição não se efetivar nos 05 (cinco) dias úteis que se seguirem à data do recebimento da comunicação formal da rejeição ou defeito.

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93, e, se for o caso, descredenciamento da licitante no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme previsto no art. 14 do Decreto nº 3.555/2000, e art. 7º da Lei nº 10.520/2002, nos seguintes casos:

- quando o licitante ensejar o retardamento da execução do certame;

- quando o licitante não mantiver a proposta;

- quando o licitante falhar ou fraudar na execução do contrato;

- quando o licitante comportar-se de modo inidôneo;

- quando o licitante fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

- quando o licitante deixar de apresentar documento exigido para participação no certame;

- quando o licitante descumprir prazos

- quando o licitante vencedor se recusar a assinar o contrato;

- quando houver inexecução parcial ou total do contrato.

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFET - CAMPUS RIO POMBA, enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

Subcláusula primeira. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

Subcláusula segunda. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

As sanções previstas nos subitens 15a, 15c e 15d poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 15b.

O percentual das multas previstas no subitem 15b incidirá sobre o valor atualizado do contrato ou do item do contrato (nesse último caso, quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item), tendo como fator de atualização o percentual da taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia –, que incidirá a partir da data em que ocorrer o fato, até o dia do efetivo pagamento da multa.

Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração. Efetuados esses descontos, caso ainda haja saldo devedor, ou inexistente a garantia e/ou pagamentos devidos pela CONTRATANTE, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido junto à agência do Banco do Brasil, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União) a ser preenchida conforme instruções fornecidas pela CONTRATANTE, sem prejuízo da cobrança judicial que poderá ser promovida pela CONTRATANTE, na hipótese de falta de recolhimento.

Independentemente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei n.º 8.666/93, bem como a incidência das conseqüências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE.

Cláusula Oitava – Dos reajustamentos de preços

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Subcláusula Primeira. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Rio Pomba para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

Cláusula Nona – Das condições de recebimento e garantia do objeto

Os materiais objeto desta Ata de Registro de preços serão recebidos pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, especialmente o disposto no item 13 do presente Edital.

Cláusula Dez – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I – Por iniciativa do IFET – Campus Rio Pomba, quando:

A – a empresa não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b - perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d - não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;

E - não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

F- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

II – A pedido das empresas, quando:

A - comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

b - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço e/ou produto.

Cláusula Onze – Da autorização para aquisição e emissão das ordens de fornecimento e lote mínimo

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do IFET – Campus Rio Pomba.

Subcláusula Primeira. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo IFET – Campus Rio Pomba.

Subcláusula Segunda. Será adquirido, de imediato, 25% dos totais solicitados para cada item. Posteriormente, o lote de aquisição será de, no mínimo, 10% da quantidade de cada item.

Cláusula Doze – Das disposições finais e do foro

Integram esta Ata, o edital do PREGÃO Nº 02/2009 e as propostas das empresas abaixo relacionadas.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, da cidade de Juiz de Fora – MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decretos 3.555/2000, e demais normas aplicáveis.

Rio Pomba, ____ de _____ de 2009

Diretor-Geral

Representante Legal
Fornecedor
CNPJ

Testemunhas.

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**PREGÃO N° 82/2009****PROCESSO N° 23000.096605/2009-30**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	PreçoS	
				UN.	TOTAL
27.	Abóbora moranga	Saco de 20 kg	50		
28.	Abobrinha verde	Caixa 18 kg	50		
29.	Alface	Cabeças	1500		
30.	Alho	Caixa 10 kg	10		
31.	Almeirão	Unidade	1000		
32.	Batata doce	Caixa 20 kg	80		
33.	Batata Extra	Saco c/ 50 Kg	40		
34.	Batata baroa	Saco 20kg	50		
35.	Berinjela	Caixa 10 kg	30		
36.	Beterraba	Caixa 20 kg	30		
37.	Brócolis	Unidade	150		
38.	Cebola Extra	Saco c/ 20 Kg	10		
39.	Cenoura Extra	Caixa c/ 20 Kg	80		
40.	Chuchu	Caixa 20 kg	20		
41.	Couve	Molho	1000		
42.	Couve-flor	Caixa 8 unidades	80		
43.	Espinafre	Molho	300		
44.	Inhame	Caixa com 20 kg	50		

45.	Mandioca	Caixa 20 kg	80		
46.	Pepino	Caixa 20 kg	200		
47.	Pimentão	Caixa 10 kg	25		
48.	Quiabo	Caixa 10 kg	100		
49.	Rabanete	Dúzia	20		
50.	Repolho branco	Caixa 20 kg	30		
51.	Tomate	Caixa 20 kg	80		
52.	Vagem	Caixa 15 kg	30		
TOTAL					
SÓ SERÃO ACEITOS LEGUMES DE PRIMEIRA QUALIDADE, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO, CANCELAMENTO DO CONTRATO E DEMAIS PENALIDADES CABÍVEIS.					

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO
PORTE

DECLARAÇÃO

(nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Cidade-MG, ____ de _____ de 2009 .

(representante legal)

ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ ACOMPANHAR A PROPOSTA DE PREÇOS.